



Intervenção de Arménio Carlos  
Secretário-Geral

# 1º MAIO

## **Abril e Maio de novo com a Força do Povo!**

Camaradas, amigas e amigos,

O 1º de Maio que hoje comemoramos acontece num momento determinante da nossa vida colectiva, num quadro em que aumenta a exploração na razão directa da acumulação e concentração de riqueza nos grupos económicos e financeiros, em que cresce e alastra o empobrecimento para a generalidade da população, ao mesmo tempo que disparam as desigualdades.

Saudamos os trabalhadores, os jovens, os reformados e pensionistas e os desempregados que por todo o país, no Continente e Regiões Autónomas, comemoram e lutam no Dia do Trabalhador, lembrando a memorável jornada de há 40 anos atrás, quando o movimento operário e os trabalhadores, firmes e unidos em torno da sua organização de classe, a Intersindical Nacional, ergueram e juntaram a sua voz ao povo nas ruas, marcando de forma indelével o curso da Revolução de Abril!

Uma saudação extensiva àqueles que na noite negra e sangrenta do fascismo, enfrentaram com coragem a repressão, despertaram consciências, mobilizaram vontades, derrotaram fatalismos e forjaram as condições para acontecer Abril.

Abril, mês primaveril, que trouxe naquela madrugada inesquecível a aragem da liberdade, da democracia e da participação do povo na construção da sua vida e destino colectivo, só possível pela acção dos capitães de Abril e do MFA, que daqui saudamos de forma calorosa.

Nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e do primeiro 1º de Maio em Liberdade, há quem aproveite a oportunidade para atacar os valores e conquistas de Abril, tendo por base uma intensa e despidorada campanha ideológica assente no branqueamento das causas e dos responsáveis pela situação a que o país chegou e na mentira, injúria e calúnia contra os que, arriscando a sua vida durante os 48 anos de fascismo, ousaram lutar pela liberdade e democracia que hoje vivemos e respiramos e que o Governo PSD/CDS, com a sua política anti-laboral e social procura pôr em causa. Alguns afirmam que Abril não tem donos, para tentar ocultar o carácter popular, de classe e de massas da nossa Revolução. Dizem que é de todos, para esconder que, sendo dos trabalhadores e do povo, Abril não é dos grandes grupos monopolistas, nem das sete famílias que detinham o poder no nosso país, não é dos exploradores, nem dos que subordinam a vontade popular à ditadura da finança.

Os valores e conquistas de Abril consolidados e desenvolvidos a partir de Maio, não foram nem são neutros ou inócuos. Resultam de opções que privilegiam a valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores em detrimento do capital especulativo e parasitário. De uma opção que coloca a coesão social e territorial e o bem-estar da população como suporte de um projecto nacional de desenvolvimento, progresso, e justiça social, em contraponto aos interesses instalados dos ricos e poderosos, dos latifundiários, dos serventuários do poder e da “brigada do reumático”!

A Revolução de Abril, tal como fez uma ruptura com a ditadura, assumiu o princípio de que *“só há liberdade a sério, quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir”*

Foi assim com a conquista do direito: ao SMN, à liberdade de organização sindical, a férias pagas, a salário igual para trabalho igual, a licença por nascimento dos filhos, à contratação colectiva ou, entre tantos outros, ao controlo da gestão das empresas.

Foi assim com as conquistas na área da educação e da escola pública, gratuita e de qualidade, na saúde com a edificação do Serviço Nacional de Saúde para todos, na segurança social, com prestações sociais universais e solidárias!

Foi assim, com a entrega da terra a quem a queria trabalhar, que permitiu o desenvolvimento agro-alimentar, as nacionalizações que colocaram os sectores básicos da economia ao serviço do povo e do país e todos os avanços consagrados na Constituição da República Portuguesa!

Sem nostalgia, afirmamos que os anseios e aspirações dos trabalhadores e do povo expressos naquele 1º de Maio de há 40 anos, são elementos essenciais ao presente e futuro de Portugal. Ontem como hoje, aquilo que esteve e está em causa, é a opção entre a justiça social e a perpetuação das desigualdades, entre o desenvolvimento e a estagnação económica, entre um projecto soberano e a subserviência perante as grandes potências, entre o emprego de qualidade e o desemprego, a precariedade e a emigração forçada.

Ao contrário do que afirma o Governo, não é Abril, nem os direitos políticos, económicos, sociais e culturais conquistados com a luta, que estão na origem da crise, mas a política de direita e o bloco central de interesses que ao longo dos últimos 30 anos divergiram e entraram em rota de colisão com os valores de Abril.

O anunciado sucesso da troica e do Governo PSD\CDS é proporcional ao empobrecimento decorrente de uma política que mergulhou o país na maior recessão da sua história recente, no gigantesco roubo dos salários e das pensões, no nível mais elevado de sempre de desemprego, na pobreza e exclusão social que atinge 1 em cada 4 portugueses, na emigração forçada de centenas de milhares de trabalhadores!

Este é o resultado dos PEC's, do Memorando da troica e do Tratado Orçamental que, ao apostarem no negócio dos cifrões, esmagam os direitos sociais da população, atacam a Constituição e subvertem o regime democrático.

Uma política que tem em marcha mais um pacote laboral, com o Governo e o grande patronato unidos na tentativa de destruírem a contratação colectiva, com a consequente eliminação das normas mais favoráveis que conquistámos nas convenções, decretando na secretaria a sua caducidade antecipada, o prolongamento do período no corte do valor do trabalho extraordinário para, por esta via, promover uma nova redução dos salários de todos os trabalhadores.

Num quadro em se exigem respostas aos trabalhadores que vêm os seus salários reduzidos e os direitos consagrados na contratação colectiva atacados, aos desempregados que não vislumbram o dia de regresso ao emprego ou a uma prestação de desemprego, que uma larga maioria já não tem, aos jovens que partem, emigrando por verem negado o direito ao trabalho e a serem felizes no seu país e aos reformados e aos pensionistas que são confrontados, uns com cortes nas pensões e outros com reformas de miséria, a resposta que o Governo oferece são mais cortes e sacrifícios, mais exploração e empobrecimento!

Quando os direitos humanos básicos são violados, quando crianças passam fome e milhares de jovens são obrigados a abandonar o ensino superior por carência financeira para pagar as propinas, quando inúmeras pessoas não têm dinheiro para comprar medicamentos indissociáveis à sua sobrevivência, enquanto outras vêm condicionado o acesso ao Serviço Nacional de Saúde e muitos homens e mulheres se vêm privados de apoios sociais e prestações da Segurança Social, a resposta do Governo passa pela denominada reforma do Estado, com o objectivo de transformar em negócio direitos sociais em todas as áreas, excepto as relacionadas com a diplomacia, justiça, defesa e segurança. Esta é a opção de o Estado mínimo para os trabalhadores e as populações e de o Estado máximo para os grupos económicos e financeiros. O mesmo é dizer que, também aqui, querem meter a raposa no galinheiro!

Uma política que, com a apresentação do Documento de Estratégia Orçamental até 2018, deita por terra todo o discurso de falso optimismo e suposta preocupação social do Governo.

Bem podem tentar iludir a opinião pública, dizendo que o aumento de impostos que há dias juravam que não iria acontecer, se destina a aliviar a pressão sobre reformados e trabalhadores do sector público, porque aquilo que fica claro é a perpetuação de medidas apresentadas como temporárias, o agravamento dos impostos e uma nova redução do poder de compra para a generalidade da população. Mudam o nome da CES mas ficam os cortes. Aumentam a TSU para os trabalhadores e não tocam no grande patronato. Aumentam o IVA, pondo os trabalhadores e as famílias a pagar pela electricidade e o gás, o mesmo IVA que pagam os que têm dinheiro para comprar *ferraris* e outros produtos de luxo. Roubam 260 milhões à educação e à segurança social, ao mesmo tempo que passam um cheque de mais 600 milhões para os juros da dívida. Preparam novos aumentos nos transportes públicos e anunciam a elevação dos encargos com as PPP.

Dizem-se preocupados com o desemprego e preparam um despedimento colectivo de milhares de trabalhadores na Administração Pública. Ao mesmo tempo que acenam com uma reposição de 20% dos rendimentos roubados e prometem para o “dia de são nunca à tarde” a devolução da totalidade do saque, a única certeza que apresentam é uma nova redução do valor da massa salarial global da Administração Pública. Razão pela qual aos que defendem estas propostas, reafirmamos aqui e agora que não aceitamos devoluções parciais, mas sim a reposição total e imediata do que foi roubado aos trabalhadores e pensionistas!

Perante a intenção do Governo de erguer mais alto o machado de guerra contra os trabalhadores, a resposta só pode ser uma: resistir, lutando pela defesa dos nossos direitos e da nossa dignidade. Por isso, a CGTP-IN apela ao povo português para que assuma, de forma clara e inequívoca, o direito de resistência a ordens ilegítimas e ilegais e desenvolva uma luta sem tréguas que impeça a destruição de direitos fundamentais dos trabalhadores e da população!

Esta é a mensagem que também daqui enviamos ao Senhor Presidente da República, quando apela a consensos “bafientos” ao velho estilo da antiga união nacional, para lançar uma bóia de salvação a esta política. A CGTP-IN deixa claro que não confundimos o interesse nacional com a espoliação imposta pelo capital! A CGTP-IN não será cúmplice e não aceitará o empobrecimento dos trabalhadores e do povo para alimentar políticas que estão a destruir o país! Continuaremos, com força e determinação, a lutar para combater e derrotar o aprofundamento da exploração e da alienação da soberania, porque o caminho para onde nos querem levar, não tem futuro.

Não é com esta política de direita nem com a alternância política que se irá atingir a almejada convergência com os países da União Europeia, que se reduzirá o desemprego e a pobreza, ou que se abrirão as portas a um presente e futuro de desenvolvimento. Portugal precisa de uma política alternativa e de uma alternativa política que responda aos grandes desafios que temos pela frente.

O país precisa e os trabalhadores não aceitam que o salário mínimo nacional continue por actualizar. Exigimos os 515€, já a 1 de Junho de 2014. Os trabalhadores estão a ser roubados há 1215 dias, desde que o anterior e o Governo fizeram tábua rasa do Acordo em sede de Concertação Social! As Confederações Patronais e o Governo querem protelar no tempo o aumento do SMN e já vêem nesta reivindicação uma forma de fazer negócio procurando, perante o clamor e a força da luta que torna irreversível a subida do SMN, juntar ao pacote um novo ataque aos direitos laborais! Daqui reafirmamos que o aumento do SMN não é moeda troca para nada e muito menos para dar cobertura à destruição da contratação colectiva e à redução dos salários! É um processo que resulta de um Acordo que não foi concretizado e exigimos que se cumpra!

O país precisa e os trabalhadores exigem uma política alternativa assente no emprego de qualidade e no aumento dos salários e das pensões, para dinamizar a procura interna, reequilibrar a repartição da riqueza e possibilitar a fixação da força de trabalho qualificada indispensável ao incremento da produção nacional de alto valor acrescentado, juntamente com o investimento num aparelho produtivo moderno. Sem produzir mais o país nunca estará melhor, e sem combater a precariedade e a instabilidade profissional, não produziremos mais e melhor. A dinamização da contratação colectiva é um imperativo e um dos alicerces da democracia de Abril consolidada em Maio, que tem de ser dinamizada. Como todos os direitos económicos, sociais e laborais, é com a luta em cada empresa e sector que vamos efectivar o direito à contratação.

O país precisa e os enormes avanços científicos e tecnológicos possibilitam uma redução progressiva do tempo de trabalho para as 35 horas, sem perda de retribuição, pois só assim será possível criar condições para melhorar a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores. Redução do tempo de trabalho para promover uma maior justiça social. Redução do tempo de trabalho para dinamizar uma melhor distribuição da riqueza e criar mais emprego para aqueles que hoje vêem negado o direito ao trabalho.

O país precisa e a justiça fiscal exige uma nova política fiscal, que liberte os assalariados e pensionistas e incida sobre os rendimentos do capital!

O país precisa e o povo exige o reforço das funções sociais do Estado, da escola pública, do serviço nacional de saúde e da segurança social universal e solidária, bem como do desenvolvimento dos serviços públicos e do fim das privatizações em curso!

Temos de subordinar o défice ao crescimento económico e rejeitar as imposições da U.E. e do seu Tratado Orçamental!

Temos de renegociar a dívida, no seu montante, prazos e juros. Esta foi uma reivindicação há muito tempo reivindicada pela CGTP-IN. Passados 3 anos, aumenta o número daqueles que constataam a insustentabilidade da dívida e a necessidade da sua imediata renegociação.

Só com a força da luta dos trabalhadores, organizados nas suas estruturas representativas será possível empreender a inversão de política! Só com uma CGTP-IN mais forte e interventiva, com a responsabilização de mais quadros e uma acção sem tréguas em cada empresa, em cada local de trabalho, será possível forçar a demissão do governo e derrotar a política de direita.

Os mais de 54 mil trabalhadores, na sua maioria mulheres, bem como os milhares de jovens que se sindicalizaram nos últimos 2 anos, são um sinal inequívoco da confiança, esperança e futuro do projecto sindical que somos e da força social que corporizamos!

Daqui saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras dos sectores privado, público e empresarial do Estado, os dirigentes e delegados sindicais da CGTP-IN, a Interjovem e a Inter-Reformados, todos aqueles que têm continuado as tradições do movimento sindical unitário e de classe e que, com grande coragem e determinação têm honrado a luta das gerações que nos antecederam. Acção que têm conduzido a vitórias importantes nos locais de trabalho, como é exemplo a luta na Administração Local pelas 35 horas, com centenas de Acordos Colectivos celebrados que têm de ser aplicados e estendidos de forma imediata a toda a Administração Pública. Lutas com resultados quanto aos salários, à passagem de trabalhadores com vínculos precários a efectivos, à defesa dos direitos laborais e sociais e da contratação colectiva, que têm impedido que as consequências da política de direita sejam ainda mais graves.

Luta, motor da transformação que temos e vamos prosseguir, que temos e vamos intensificar, numa primavera que tenderá a aquecer e num verão que se poderá tornar escaldante, face à inevitabilidade da agudização da conflitualidade social, perante uma política que pretende reconfigurar o papel do Estado, destruir o direito de trabalho e alterar o regime que construímos depois de Abril!

Por isso, saudamos de forma especial, as lutas dos trabalhadores da AMARSUL contra a privatização; da INCM, em defesa dos serviços sociais e do Acordo de Empresa; das Minas da Panasqueira, por aumentos salariais e melhores condições de trabalho; a semana em defesa da educação inclusiva, convocada pela FENPROF, de 5 a 10 de Maio; a greve na DURA, por aumentos salariais de 8 a 16 de Maio; a greve na GSET e as concentrações na STRONG nos dias 7 e 9 de Maio, pela exigência do pagamento do trabalho nocturno; a greve na CELCAT, no dia 9 de Maio; a Manifestação Nacional da Administração Local, no próximo dia 9 de Maio pela efectivação do direito à Contratação Colectiva e a implementação, sem restrições, das 35 horas de horário semanal; as greves da CP, CP Carga e REFER no dia 8 de Maio, e dos TST e nas empresas do grupo “TRANSDEV” no dia 15 de Maio.

Porque o momento não é de constatação, mas sim de acção, vamos fazer do dia 25 de Maio, dia de eleições para o Parlamento Europeu, um dia de luta nacional, traduzindo a luta em voto, para penalizar os que, lá como cá, estão comprometidos com a governação económica e o tratado orçamental, com a política de direita que inferniza as nossas vidas e hipoteca o desenvolvimento do país. Os nossos problemas não se resolvem com a abstenção nem com o voto em branco ou nulo, dado que tal opção só daria mais força aos responsáveis pela situação em que nos encontramos. No dia 25 de Maio vamos votar em consciência, naqueles que defendem os nossos interesses, rejeitam inevitabilidades e que, de forma consequente, têm combatido e combatem a política de direita, apresentam soluções para o país e estão ao lado dos trabalhadores e do povo, batendo-se por uma Europa de cooperação entre países soberanos e iguais em direitos e por um Portugal com futuro.

Vamos lutar pela aplicação do aumento SMN para os 515€, já a partir de 1 de Junho, com a realização de uma grande acção centrada nos locais de trabalho com greves, paralisações e manifestações, na semana de 26 a 31 de Maio, dado que foi no dia 27 de Maio de 1974 que foi implementado o SMN em Portugal!

Vamos realizar duas grandes manifestações, no dia 14 de Junho no Porto, e no dia 21 de Junho em Lisboa, para combater e derrotar as propostas anti-laborais e sociais apresentadas pelo Governo, para os sectores privado e público, pela mudança de política e de Governo, pela realização de eleições antecipadas, que abram caminho à construção de uma política alternativa, de Esquerda e Soberana, que sirva os interesses dos trabalhadores, do povo e do país, afirmando os valores e as conquistas de Abril no futuro de Portugal!

E citando António Aleixo:

*“Vós que lá do vosso império  
Prometeis um mundo novo,  
Calai-vos, que pode o povo  
Qu’rer um mundo novo a sério.*

VIVA O 1º DE MAIO!

VIVAM OS TRABALHADORES!

A LUTA CONTINUA, GOVERNO PARA A RUA!

Lisboa, 1 de Maio de 2014